A reforma da gestão financeira pública esteve em análise durante o II CICP

Uma reforma à espera do compromisso político

II Congresso Internacional de Contabilidade Pública (CICP)

Texto **Nuno Dias da Silva** Fotos **Raquel Wise**

As mudanças e os desafios que se colocam à contabilidade pública no âmbito da gestão financeira pública foram o mote para o II Congresso Internacional de Contabilidade Pública (CICP), subordinado ao tema «A reforma da gestão financeira pública: desafios para a investigação e a prática», realizado no auditório da Ordem, em Lisboa, nos dias 14 e 15 de março. À organização da OCC, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF), juntou-se ainda o Comité de Integración Latino Europa-América (CILEA), entidade de que a Ordem faz parte. Um tema tão pertinente como este ganhou dimensão amplificada devido ao caráter global dos seus intervenientes e deixou como conclusão a seguinte ideia-força: a exigência na prestação de contas é um instrumento fundamental na qualidade da política orçamental e da sustentabilidade das finanças públicas.

Sistema de acréscimo nas cotnas públicas

Para além de representantes de 14 nacionalidades diferentes, integrantes do CILEA, as congéneres da Ordem de Angola e Cano Verde também não quiseram faltar. Perante os cerca de quatrocentos congressistas que estiveram no auditório António Domingues de Azevedo, a bastonária fez as honras da casa. Paula Franco começou por referir ser esta uma oportunidade para «refletir sobre o estado da arte da contabilidade pública», a viver um «período de mudança.», aproveitando ainda os trabalhos apresentados nas sessões paralelas para «transpor para a prática conclusões saídas destas investigações.» A anfitriã acrescentou ainda que é preciso «abandonar o custo histórico e fazer a aproximação do sistema de

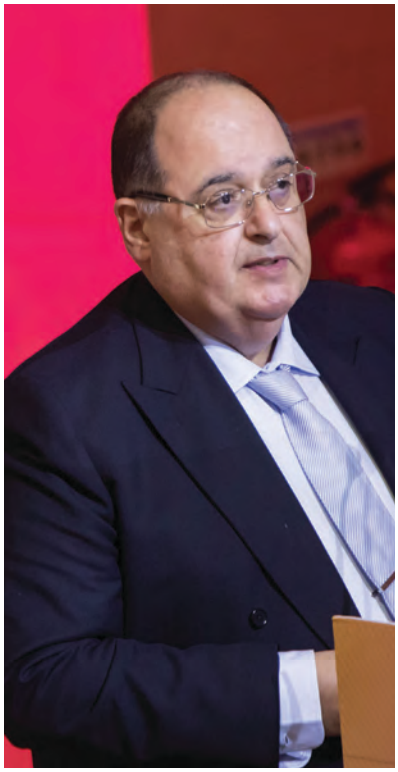
Paula Franco, bastonária

João Leão, secretário de Estado do Orçamento

acréscimo nas contas públicas». A bastonária foi ainda mais longe e declarou que «o regime de caixa na administração pública não traduz aquilo que se pretende refletir e desde há muito que se revelou insuficiente para mostrar a situação patrimonial do Estado». A bastonária resumiu dizendo que para uma prestação de contas «mais realista, eficaz e transparente» é necessário ter normas relacionadas com o sistema de acréscimo, permitindo uma «leitura integral.» Mas para alcançar contas fidedignas, são precisos profissionais qualificados na sua execução. O mesmo é dizer, os contabilistas públicos. A intervenção seguinte pertenceu a Maria José Fernandes, a presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e simultaneamente membro da comissão organizadora e presidente da comissão científica do II CICP. A presidente do IPCA começou por realçar ser este «um congresso inovador», comparativamente com a primeira edição, que ocorreu em Setúbal, em 2016, beneficiando da política de articulação e a parceria, que se iniciou com as edições do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, entre a OCC e a academia. Sobre a oportunidade do evento, referiu que «a contabilidade e a gestão financeira pública têm de evoluir», acompanhando os contextos de rápida mudança.

Melhorar o processo de decisão

O presidente do CILEA, Phillipe Arraou, francês de origem, falou em castelhano, a língua oficial do CILEA, a entidade que agrupa os profissionais de cultura latina. Arraou explicou as origens do CILEA e as vantagens de potenciar a cultura latino no mundo da contabilidade. «O papel do contabilista público na economia e sociedade é central e pode ser desenvolvido e aprofundado», começou por referir o francês. O responsável do CILEA mostrou-se ainda expetante com o processo de implementação do contabilista público no nosso país: «Esperemos que Portugal seja um exemplo para toda a Europa», afirmou. «Regras de ética e um nível máximo de responsabilidade, aplicáveis ao setor privado, podem e devem ser aplicadas ao setor público», acrescentou, lembrando que os profissionais «têm o *know how*, experiência e serviço para ajudar quem precisa de nós. Po-


Ernesto Cunha

Teodora Cardoso

Maria da Luz Faria

dem contar connosco!»

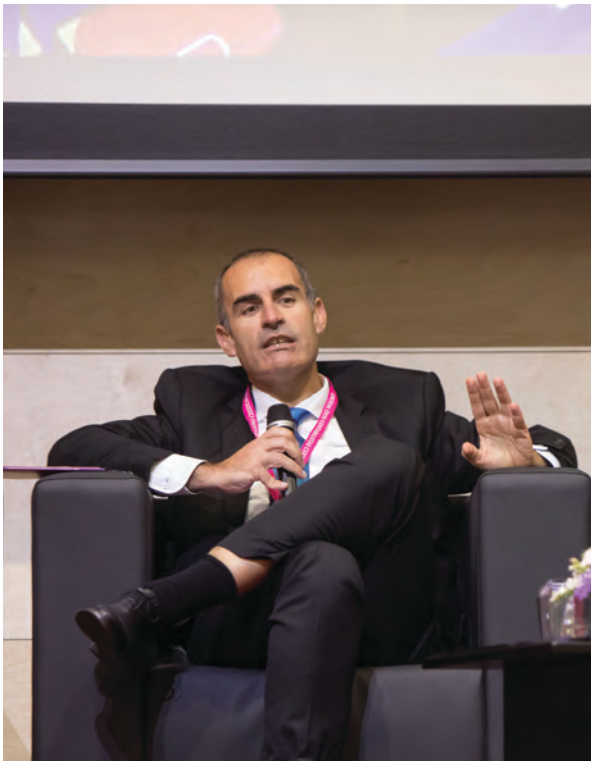
Melhorar o processo de decisão

Ernesto Cunha, vice-presidente do Tribunal de Contas, esteve em representação do presidente deste órgão de soberania, em visita oficial ao estrangeiro. O juiz conselheiro defendeu que «para que o novo modelo contabilístico, o SNC-AP, se torne realidade é importante que se dê concretização à contabilidade na ótica do acréscimo e ao processo de consolidação. Só assim se poderá falar em rigor e em transparência das contas públicas.» No âmbito do processo de certificação da conta geral do Estado «é urgente que o governo aprove o modelo de certificação das demonstrações orçamentais e financeiras das entidades contabilistas que apliquem o SNC-AP.»

João Leão acompanhou nos últimos três anos os processos e as políticas no âmbito das contas públicas, fruto das suas funções como secretário de Estado do Orçamento. «Nos últimos oito anos o país, os cidadãos e a comunicação social debruçaram-se intensivamente sobre as contas públicas», referiu. O caso não era para menos. O rescaldo da crise global, os défices elevados, as dificuldades de financiamento tiveram «impactos muito duros» no país. «Portugal iniciou uma trajetória de redução da divida publica, mas esta ainda se mantém elevada», acrescentou o governante. João Leão preconizou que existe «espaço para melhorar a reforma das finanças públicas» e tal desiderato só se alcançará com «melhor informação e maior transparência da dimensão dos compromissos plurianuais.» Trocado por miúdos, um consistente equilíbrio das contas públicas só será atingido «melhorando o processo de decisão», que, sublinhou, apresenta «algumas fragilidades.» «A médio prazo é muito mais importante isto para a sustentabilidade das contas públicas do que olhar para uma décima a mais ou a menos do défice», referiu.

Os últimos minutos da intervenção de João Leão foram preenchidos com uma resenha do desempenho do governo no que disse ser a «evolução positiva na economia», com reflexos no emprego, nas finanças públicas e nos juros da dívida pública. «Num eventual cenário de abrandamento económico, Portugal poderá evitar um procedimento por défice excessivo», declarou o governante, que se mostrou ainda convicto que caso se mantenha a trajetória de crescimento Portugal poderá atingir os 100 por cento no valor da dívida pública.

Hélder Reis



Carlos Lobo

Comunicar com pedagogia

Poucos dias após abandonar a presidência do Conselho das Finanças Públicas (CFP), Teodora Cardoso subiu ao palco do auditório da Ordem para expor a credível e autorizada visão de quem passou, ao longo de várias décadas, diversas crises, períodos de prosperidade e intervenções da *troika*. «A gestão das finanças públicas depende da qualidade da contabilidade e da forma como ela é usada. Tendemos a descansar e não completamos o trabalho que estivemos a fazer. Isto é particularmente verdade na contabilidade pública», disse, em forma de alerta, a economista.

Teodora Cardoso reconheceu o trabalho de base feito no POC-P e no SNC-AP, mas com repercussão residual nas finanças públicas. Porquê? O busílis está na tomada de decisão, muito patente, aliás, «no decurso da discussão orçamental.» Teodora foi mais longe e considerou que a «tomada de decisão é típica dos anos 30.» A economista identificou ainda o «vício» incorporado na tomada de decisão de olhar apenas para a caixa. Não é, por isso, de estranhar que se oiça tantos políticos a dizer «não há dinheiro», como referiu Vítor Gaspar, ou «os cofres estão vazios», pela boca de Mário de Soares. «O recurso a estes argumentos revela que Portugal não dispõe de um sistema de contabilidade pública e de prestação de contas fiável e eficaz, o que é um apoio fundamental para minimizar a ocorrência de tais situações», sustentou. De uma vez por todas, realçou, é «preciso acabar com o malfadado argumento de que não há dinheiro e melhorar o processo de decisão.»

As reformas do POC-P e do SNC-AP, em 1997 e 2015, respetivamente, mostram que «existe consciência do problema, mas falta perceber e corrigir porque é que das reformas não resultaram consequências para a tomada de decisão.» A ex-presidente do CFP identifica responsáveis, atribuindo uma quota parte ao «alheamento político manifestado pelos resultados contabilísticos disponíveis.» Uma mensagem final para os contabilistas: «estes profissionais devem ser capazes de comunicar, de forma pedagógica, com os decisores. No fundo, diringido-se para os que não são contabilistas que, em geral, sabem pouco ou nada de contabilidade, nomeadamente os políticos.»

«Desafio de mudança para as instituições e profissionais» foi o tema do painel seguinte, moderado pelo presidente da Comissão de História da Contabili-

Os membros do CILEA partilharam a experiência contabilística nos seus países

dade da Ordem. Nas palavras iniciais, Carlos Menezes abordou a importância da «*accountability* política e financeira», criticando por «preferirmos olhar para os culpados, em vez de apostarmos na mudança e na inovação. Menezes lamentou ainda que os decisores «não tenham dado prioridade ao tema da reforma da contabilidade pública» e exemplo disso é que o SNC-AP «continua na gaveta.»

Maria da Luz Faria, juíza-conselheira do Tribunal de Contas, trouxe até ao auditório da Av. Defensores de Chaves as alterações nos procedimentos do TC, na sequência do desenvolvimento da reforma da contabilidade da nova Lei do Enquadramento Orçamental (LEO). A magistrada aproveitou o ensejo para fazer um diagnóstico atual da prestação de contas, revelando que das 6500 entidades que prestam contas, aproximadamente 800 apresentam ainda em suporte papel ou não dispõem de plataforma eletrónica adequada ao seu sistema contabilístico.

Comunicar com pedagogia

Hélder Reis conhece por dentro os meandros do Orçamento e das contas públicas. Ele foi secretário de Estado no governo anterior e atualmente é assessor da Presidência da República. Sobre as reformas em curso, não tem reservas: «O SNC-AP vai ser aplicado, sem dúvida. A observar pela motivação de todos, a começar por esta casa (a OCC). Existirão resistências, mas se não existissem, não seria uma reforma. Mas trata-se de uma reforma estrutural e estruturante, talvez a maior que o país vá conhecer neste século, até ao momento, pelo que pode vir a alterar na administração pública.» Carlos Lobo também foi secretário de Estado, mas com a pasta dos assuntos fiscais. O atual *partner* da EY afirmou não existir alternativa à reforma financeira do Estado, por esta ser mais do que uma reforma financeira e contabilista.». Perante esta dimensão, «tudo o resto é acessório.» Para o êxito da reforma o fiscalista defendeu a seguinte receita: «a melhoria da qualidade de decisão e do controlo de despesa pública», para dar resposta à crescente necessidade de informação por parte dos cidadãos, enquanto *stakeholders* principais. As convulsões dos «coletes amarelos», em França, do *Brexit*, em Inglaterra e da crise independentista na Catalunha, são disso prova. Para Lobo, antigo membro do Gabinete de Estudos da Ordem, «a competitividade do país dependerá do desempenho dos privados, mas também do setor público.» Os membros do CILEA participaram na mesa redonda dedicada a partilhar a experiência internacional de cada país no âmbito da contabilidade pública. José Luís Arnoletto, da Argentina, Maria Clara Bugarim, do Brasil, Héctor Pinzón, da Colômbia, Cristina Calero, do Equador, Valentin Rosell, de Espanha, e Gustavo Gil e Gil, da Bolívia, partilharam as suas visões particulares, em português e castelhano.

PARALELAS

As sessões paralelas do II Congresso Internacional de Contabilidade Pública revelaram-se muito participadas (foram recebidos 82 trabalhos) e geraram momentos de viva e intensa discussão entre os oradores e os *discussant*. As salas onde decorreram as apresentações foram batizadas com os nomes de seis grandes vultos da contabilidade portuguesa.

João Carvalho, um exemplo de vida

A morte prematura, nos últimos dias de 2018, impediram-no de marcar presença, para o apelidado «pai da contabilidade, como presidente da comissão científica do II CICP. Quis o destino que já não assistisse ao congresso que começou a preparar com o habitual afinco e rigor. Mas não será exagero dizer que João Carvalho esteve omnipresente nos dois dias do congresso.

Um vídeo de cinco minutos produzido pela Ordem fez o resumo, necessariamente incompleto, de uma vida cheia, em termos académicos e contabilísticos, que teve a fundação do IPCA e o lançamento do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, os momentos de eleição. Uma homenagem sentida que gerou muita emoção em contabilistas, professores e estudantes. Paula Franco descreveu-o como uma «homem de sorriso fácil, discreto, mas muito firme nas suas convicções.» A bastonária elogiou o seu «papel fundamental na defesa da contabilidade pública e da presença dos contabilistas certificados na contabilidade pública, como algo natural e importante para o país.»

Video de homenagem a João Carvalho

João Sobrinho Teixeira, secretário de Estado do Ensino Superior

«Uma almofada intelectual e amiga»

João Sobrinho Teixeira participou na homenagem, na condição de secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, mas em primeiro lugar esteve o amigo de João Carvalho. E um grande amigo. Num registo emotivo, lembrou que os seus caminhos se cruzaram na academia, quando um era presidente do IPCA e o outro liderava o Instituto de Politécnico de Bragança. Descreveu-o como um «apaixonado pela educação e pela vida», uma «almofada intelectual e amiga», a quem se podia sempre recorrer. «Um profissional exemplar e do melhor que Portugal já conheceu na sua área, perspetivando sempre uma boa contabilidade pública como o caminho certo para aquilo que é de todos», acrescentou. A homenagem não podia ser, por isso mesmo, mais merecida para que foi «um grande timoneiro, um grande cientista e um grande investigador.»

A presidente da IPCA, a escola que João Carvalho ajudou a fundar, agradeceu o gesto de carinho e a homenagem prestado pela OCC ao seu companheiro na vida académica e pessoal. Com a voz embargada, Maria José Fernandes lembrou que «a contabilidade pública era a segunda menina dos seus olhos, após a Maria João», a filha de ambos. A presidente da escola do Minho referiu que João Carvalho teve o mérito de ligar, ao nível da contabilidade, a investigação, o ensino e a profissão.

Vídeo disponível no canal OCC

Melhorar a eficiência e eficácia

Conhecido pela sua faceta avessa ao politicamente correto, Camilo Lourenço aceitou moderar o primeiro painel da sessão plenária do dia 15 de março, subordinado ao tema «A contabilidade pública em Portugal: da teoria à prática». Polémico e frontal, esta cara conhecida dos portugueses disse ao que vinha: «Como assegurar um Estado transparente? Temos muito pouca transparência em muitas áreas, nomeadamente na fiscalização. Esta é o meu maior combate como jornalista e como cidadão.» Lúcia Lima Rodrigues, vice-presidente da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), passou em revista o trabalho da comissão, em especial do comité público, que coordena. Depois, não poupou nas críticas: «Se esta fosse uma reforma nas empresas, claramente já estava feita. Mas qual é a diferença entre as empresas privadas e o setor público? Creio que reside na lógica das instituições.» Lúcia Lima Rodrigues recuou até ao Estado Novo para justificar o que hoje se passa no país: «Do tempo de Salazar até à entrada na União Europa, não havia contabilidade patrimonial.» Para quebrar resistências muito próprias da lógica de funcionamento do Estado, a docente da Universidade do Minho afirmou ser preciso «mudar a lógica de caixa (gestão de curto prazo) para a base de acréscimo (apoiando a gestão a médio/longo prazo, aportando sustentabilidade e ajudando o cidadão).» Ambrósio Teixeira, representante da Região Autónoma da Madeira (RAM) na CNC e na UniLEO, falou sobre a implementação da contabilidade patrimonial em entidades da RAM e o seu acesso à informação orçamental e financeira.

Anabela Vilão, subdiretora-geral do orçamento, trouxe a visão de uma entidade que é parte integrante do processo de reforma e «parte interessada» na qualidade da informação. A responsável reconheceu dificuldades na implementação, anteriormente no POC-P, e agora no SNC-AP, qualificando esta reforma como sendo «difícil», pelas várias dimensões que assume. «Temos feito muito, temos de melhorar, aproveitando as sinergias, mas

Prémio para o melhor artigo do congresso

Homenagear quem tanto lutou pela contabilidade pública e a dignificação da profissão em Portugal foi um dos objetivos do II CICP. Nesse sentido, a comissão organizadora decidiu atribuir às salas das sessões paralelas nomes de ilustres: o ex-bastonário, Domingues de Azevedo e os professores Ana Maria Rodrigues, Domingos Cravo, João Carvalho, Joaquim Guimarães e Rogério Fernandes Ferreira.

Trabalho de reconhecido mérito

Dos 82 trabalhos recebidos, 68 foram aceites pela comissão científica, oriundos de cinco países: Portugal, Brasil, Dinamarca, Espanha e Itália, o que atesta a projeção internacional do II CICP. O prémio para o melhor artigo foi atribuído a «Estado, contabilista e governo eletrónico – Uma análise acerca das relações no Brasil», da autoria de Armando Dias Fé, Delfina Gomes e Lídia Oliveira.

Este artigo será ainda publicado na revista científica «Contabilidade & Gestão», como trabalho de reconhecido mérito.

«O contabilista não é um ilusionista»

Guilherme d'Oliveira Martins foi ministro de quase tudo e presidiu durante uma década ao Tribunal de Contas. Atualmente é administrador na mais importante fundação do país, a Gulbenkian. Coube-lhe protagonizar a conferência magna de encerramento, com uma eloquência e brilhantismo ao alcance de poucos. Antes de entrar no *core* do evento, as contas públicas, Oliveira Martins abordou com o conhecimento e o estilo que lhe são reconhecidos diversas temáticas: o Estado democrático, o primado da lei, os cidadãos livres e iguais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a legitimidade do voto. «O mundo é cada vez mais complexo e a linguagem da comunicação social cada vez mais simples. É um paradoxo, uma contradição. E a decisão dos cidadãos tem de ser informada», referiu. Definindo o conceito de *accountability* como crucial para atingir o bem comum, Guilherme d'Oliveira Martins remete a responsabilidade de tornar transparente a prestação de contas, e de forma pedagógica, para o contabilista certificado. E sem se deter, vincou: «A contabilidade rigorosa é a que não é uma ilusão. O contabilista não e um ilusionista. Ao falar de contabilidade não estamos a falar de uma ciência etérea, mas de algo que tem de ser concretamente explicável, conhecido. As contas são para tornar clara a realidade e não para a mostrar nebulosa», referiu. E reforçando o lado humano das contas, acrescentaria o seguinte: «As contas não são abstrações. Por detrás das contas estão pessoas. E boas contas significa contribuir para a dignidade humana. Ai da democracia que não presta boas contas!» Para rematar, um repto para todos os que vivem em sociedade e que gerem grandes e pequenos orçamentos: «Nunca devemos gastar mais do que podemos, nem menos do que devemos. A inteligência das contas está nisto.» Um verdadeiro compêndio de sabedoria, que fechou com brilhantismo o II CICP.

Guilherme d'Oliveira Martins: «Ai da democracia que não presta boas contas»

Projetos com princípio, meio e fim

A hora já ia adiantada, mas o encerramento proporcionou algo mais do que palavras de circunstância. A bastonária desejou que 2019 «seja o ano em que se avance e tenha coragem política para concretizar a reforma da contabilidade pública. Os projetos não são projetos, se não os finalizarmos. Têm de ter um princípio, um meio e um fim. Os contabilistas têm sido muito esquecidos neste projeto e eles são os únicos que podem garantir a prestação de contas. O contabilista certificado e o contabilista público devem ser um só», disse. Sónia Monteiro congratulou-se por este congresso ter refletido sobre tópicos importantes para a academia, a profissão e a agenda política. A diretora do CICF destacou a elevada qualidade dos trabalhos apresentados, realçando o papel dos *discussants*. Para concluir. Phillipe Arraou constatou que este congresso confirmou o seguinte: «a dimensão global da profissão, o seu serviço à sociedade e as dificuldades comuns aos contabilistas do mundo inteiro.»

comparativamente com outros países constatamos que também lá estas reformas levam tempo», concluiu.

Patrícia Gomes admitiu dificuldades na implementação das reformas em Portugal, exemplificando com a «lenta» transição da contabilidade de caixa para uma contabilidade patrimonial. A vice-presidente do IPCA afirmou que o «SNC-AP é um instrumento que vem apoiar esta reforma» e partilhou a dúvida sobre se a informação que temos em mãos dá respeito às necessidades que a gestão pública exige. A docente da escola de Barcelos lamentou que se tenha dado um «salto qualitativo na produção de informação orçamental e financeira», mas a gestão do orçamento continua a ser o grande instrumento de gestão pública. Melhorar os parâmetros da eficiência e eficácia é, na sua perspetiva, fundamental.

Alberto Velez Nunes, membro da UNILEO, reiterou uma opinião dada anteriormente: para vingar, a reforma da gestão financeira pública precisa de um «forte compromisso político.» E valerá a pena o esforço e entendimento, sustentou o orador, porque «esta reforma pode vir a permitir ao ministro das Finanças gerir o património líquido, em vez de termos um saldo apurado em base de caixa.» Velez Nunes foi ainda mais longe ao admitir que, se bem sucedida, «a reforma pode colocar-nos ao nível de alguns países anglo-saxónicos, como é o caso da Nova Zelândia.».

Vídeo disponível no canal OCC

Fotos disponíveis no flickr

Reunião do Conselho Diretivo e Assembleia Geral do CILEA

O 5.º piso da sede da Ordem acolheu a reunião do CILEA

No decurso do XXXIX Seminário Internacional do CILEA, que decorreu aquando do II CICP, em Lisboa, o comité reuniu para a primeira reunião do conselho diretivo, mandato 2019-2020 e assembleia geral. Na agenda de trabalhos estava o plano estratégico, a discussão e aprovação das contas 2018 e a alteração do estatuto do comité, calendarização das atividades e apreciação da candidatura do Instituto Mexicano de Contabilistas. Este evento reuniu os mais altos representantes das organizações de contabilistas e auditores da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, França, Guatemala, Itália, Nicarágua, Roménia, San Marino e Uruguai, num dos mais participados eventos da história do CILEA.

A VOZ DO CONGRESSISTA

Carlos Nunes, contabilista certificado

Foi um evento muito útil, dirigido a um universo muito grande de contabilistas públicos e de contabilistas certificados, de uma forma geral. Foi importante reforçar a mensagem que precisamos de ter contas públicas credíveis, visíveis e fáceis de entender. Partilho da visão que a OCC deve estar mais próxima da academia, para ajudar a divulgar a credibilizar as investigações. A falta implementação do SNC-AP deve-se, em grande medida, ao poder central. Há uma dificuldade muito grande em fazer a divulgação e a formação que é dada é insuficiente. Defendo que se devia fazer o mesmo que foi feito aquando da transição do POC para o SNC, no setor privado, de modo claro e coerente. Mas temo que o Estado não tem nem capacidade nem recursos para a implementação.

Marta Félix, professora

É o primeiro congresso em que participo e tenho o privilégio de estar num ambiente de enorme partilha de conhecimento, com participantes vindos de tantas proveniências. Há margem para crescimento e para explorar novas matérias, com benefícios para a área da contabilidade pública. É também de saudar a presença de tantos alunos, em especial do IPCA, instituição por muitos considerada a «mãe» da contabilidade pública. Por isso, a parceria com a OCC não podia ser mais positiva. Quanto à dificuldade de o SNC-AP não estar presente na administração pública, admito que tal se deva à falta de vontade política e à falta de recursos dos próprios municípios. O contabilista público será a cara desta reforma e qualquer entidade deve ter um profissional que domine esta área.

Lucas de Alcântara, estudante

Eu sou estudante da Universidade de Brasília e este é o primeiro congresso internacional em que participo. Só tenho elogios a fazer. Está muito bem organizado, desde a credenciação, passando pelo atendimento e até no almoço. Surpreendeu-me e vou referenciá-lo positivamente no meu país. A contabilidade pública brasileira está a procurar convergir para os padrões internacionais de contabilidade. É fundamental auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão e ajudar na prestação de contas e transparência na sociedade. Mas há ainda um caminho a fazer. Trabalho na área da gestão e vejo que a contabilidade brasileira está mais focada na área orçamental do que na área patrimonial. E estamos, aos poucos, a demonstrar o valor da contabilidade pública.

Natália Pereira, estudante

Como estudante que sou, do IPCA, acho que temos de ver estes congressos de maneira distinta dos investigadores. Servem para abrir caminhos e mostrar outros horizontes que a universidade não mostra e contactar com pessoas da área. E, não menos importante, apreciar o que é o campo de trabalho, que a universidade não nos dá. Assim que termine o meu curso penso realizar o exame de admissão à Ordem, fazer estágio e, a longo prazo, quem sabe, virar-me para a vertente do ensino. O futuro o dirá, mas acho que a contabilidade é uma profissão de futuro e discordo quando dizem que pode acabar. É preciso encontrar oportunidades nos maiores desafios que nos aparecem e saber seguir em frente. Em qualquer profissão.

Peterson Gandolfi, professor

Estive em vários congressos no Brasil e em Portugal, mas de contabilidade este é o primeiro e quero destacar a importância da interação entre investigadores e académicos. Sou professor da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia e encontro-me a realizar pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Eu acho que o processo de contabilidade é fundamental para todos os gestores, sejam públicos ou privados, que têm de estar assessorados por equipas de contabilidade muito bem formadas. Portugal e Brasil têm feito um esforço assinalável em termos do processo de internacionalização das normas, transparência e controle. Talvez Portugal, por estar inserido na União Europeia, esteja a caminhar mais rápido neste processo, mas o Brasil ainda está um pouco atrasado no âmbito da normalização internacional.